

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**CONTABILIDADE PÚBLICA****Questão 31**

Considere que uma secretaria estadual receba equipamentos de informática por doação, sem encargos, de um organismo internacional. Nessa situação, sob a ótica da contabilidade aplicada ao setor público, esse ingresso configura

- Ⓐ ingresso orçamentário, por passar pelo orçamento de capital.
- Ⓑ variação patrimonial aumentativa, com reconhecimento de ativo e de receita por competência.
- Ⓒ variação patrimonial diminutiva, pois demanda depreciação futura.
- Ⓓ receita de capital com contrapartida direta no patrimônio líquido sem reconhecimento de ativo.
- Ⓔ variação patrimonial qualitativa, pois altera apenas a composição do ativo sem afetar o patrimônio líquido.

Questão 32

No que se refere à contabilidade aplicada ao setor público (CASP), assinale a opção correta.

- Ⓐ A CASP registra e evidencia orçamento, finanças e patrimônio, visando informar usuários sobre a situação orçamentária, financeira e patrimonial.
- Ⓑ A CASP adota, de forma restritiva, o regime de caixa para todas as demonstrações.
- Ⓒ A CASP dispensa o conceito de resultado patrimonial por ser setor público.
- Ⓓ A CASP tem por objeto exclusivo o orçamento, não abrangendo elementos patrimoniais.
- Ⓔ A aplicação da CASP limita-se à administração direta federal.

Questão 33

Caso uma autarquia adquira um *software* por licença de 4 anos, com controle e benefícios futuros claramente identificáveis, o item adquirido deve, segundo a NBC TSP 08 – Ativo Intangível, ser reconhecido

- Ⓐ apenas se existir fluxo de caixa positivo associado.
- Ⓑ como ativo intangível e amortizado pela vida útil definida.
- Ⓒ como ativo imobilizado sujeito à depreciação.
- Ⓓ diretamente no patrimônio líquido.
- Ⓔ como despesa integral no momento do pagamento.

Questão 34

Considerando que uma fundação pública tenha celebrado contrato de manutenção predial contínua (12 meses) com pagamento mensal por medição, assinale a opção correta no que se refere ao regime orçamentário e ao patrimonial.

- Ⓐ O reconhecimento patrimonial da despesa ocorre, segundo o regime de caixa, no momento do pagamento.
- Ⓑ Usa-se empenho por estimativa; restos a pagar só existem quando há saída de caixa.
- Ⓒ A liquidação independe de verificação do direito do credor.
- Ⓓ A despesa deve ser liquidada integralmente no empenho.
- Ⓔ Usa-se empenho global; a liquidação ocorre por atestação de medição; se houver parcela liquidada e não paga em 31/12, devem ser inscritos restos a pagar processados.

Questão 35

Uma universidade pública recebeu equipamento científico importado do exterior. Na entrega, pagou frete e seguro até o *campus*, tendo havido impostos recuperáveis.

Nessa situação hipotética, segundo a NBC TSP 07 – Imobilizado, o custo do ativo deve incluir

- Ⓐ o preço mais todos os tributos pagos, mesmo os recuperáveis.
- Ⓑ somente os tributos, pois o preço é irrelevante.
- Ⓒ o preço e o seguro, pois o frete é sempre despesa do período.
- Ⓓ o preço de aquisição no exterior, excluídos todos os demais gastos.
- Ⓔ o preço mais frete e seguro diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de uso, excluídos os tributos recuperáveis.

Questão 36

Considere que uma autarquia possua edifício administrativo com componentes relevantes — elevadores —, com vida útil distinta e manutenção específica. Nessa situação hipotética, de acordo com a NBC TSP 07, a depreciação deve ser

- Ⓐ reconhecida apenas pelo regime de caixa, no pagamento das manutenções.
- Ⓑ calculada pelo método da soma dos anos dígitos, obrigatório para prédios públicos.
- Ⓒ afastada, porque bens de uso comum não se depreciam.
- Ⓓ reconhecida pela vida útil global do edifício, sem separação.
- Ⓔ reconhecida por componentes relevantes, com depreciação do edifício e dos elevadores segundo suas vidas úteis próprias.

Questão 37

Em uma secretaria de saúde, um aparelho de raios X perdeu capacidade de serviço por obsolescência tecnológica, sem geração identificável de caixa.

Nessa situação hipotética, para o teste de recuperabilidade do bem, prioriza-se

- Ⓐ o preço histórico corrigido.
- Ⓑ o valor em uso pela abordagem do custo de reposição depreciado, que reflete o potencial de serviços.
- Ⓒ o valor em uso por fluxos de caixa descontados do equipamento.
- Ⓓ o teste de múltiplos de mercado, obrigatório no setor público.
- Ⓔ o valor justo menos despesas de venda, em todas as situações.

Questão 38

Uma fundação mantém *software* desenvolvido internamente, os gastos atendem aos critérios de desenvolvimento e são mensuráveis com confiabilidade.

Nessa situação hipotética, segundo a NBC TSP 08, deve-se

- Ⓐ reconhecer como ativo apenas quando houver receitas de licenciamento.
- Ⓑ ativar como intangível apenas a fase de desenvolvimento e reconhecer a fase de pesquisa como despesa.
- Ⓒ reconhecer todos os gastos como despesa.
- Ⓓ registrar o item como imobilizado.
- Ⓔ ativar a pesquisa e o desenvolvimento.

Questão 39

Uma entidade reconheceu provisão para ação judicial com probabilidade de perda considerada provável e montante mensurável. Em uma segunda ação, a chance é possível e não mensurável.

Nessa situação hipotética, de acordo com a NBC TSP 03,

- Ⓐ a primeira situação deve ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido.
- Ⓑ nenhuma situação deve ser reconhecida ou divulgada.
- Ⓒ a segunda situação deve ser reconhecida como provisão com base em estimativa arbitrária.
- Ⓓ ambas as situações devem ser reconhecidas como provisão no passivo.
- Ⓔ a primeira situação deve ser reconhecida como provisão, e a segunda deve ser divulgada como passivo contingente em notas.

Questão 40

Considerando que, no encerramento do exercício, uma secretaria tenha reconhecido depreciação do parque de máquinas e reversão de provisão para causas trabalhistas, assinale a opção correta a respeito do resultado patrimonial.

- Ⓐ A depreciação reduz o resultado, e a reversão de provisão aumenta o resultado.
- Ⓑ Nem a depreciação nem a reversão de provisão afetam o resultado visto que são estimativas.
- Ⓒ A depreciação e a reversão impactam o resultado apenas no pagamento.
- Ⓓ A depreciação é variação qualitativa e não afeta o resultado.
- Ⓔ A reversão de provisão reduz o resultado.

Questão 41

Em relação aos regimes patrimonial e orçamentário, assinale a opção correta.

- Ⓐ Todas as demonstrações seguem regime de caixa.
- Ⓑ O reconhecimento patrimonial da despesa ocorre na liquidação.
- Ⓒ O regime orçamentário não utiliza a fase de liquidação.
- Ⓓ A liquidação é irrelevante para a inscrição em restos a pagar.
- Ⓔ O reconhecimento patrimonial ocorre apenas no pagamento.

Questão 42

Considere que uma entidade tenha reavaliado prédio administrativo com aumento relevante de valor. Nessa situação hipotética, segundo a NBC TSP 07 e a NBC TSP 11, a reavaliação positiva

- Ⓐ deve ser lançada apenas como redução da depreciação acumulada sem efeitos no patrimônio líquido.
- Ⓑ deve ser reconhecida no resultado como variação patrimonial aumentativa.
- Ⓒ deve ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido da entidade, em conta específica, com divulgação adequada em notas.
- Ⓓ não deve ser reconhecida se a entidade pertencer ao setor público.
- Ⓔ deve ser registrada como receita orçamentária.

Questão 43

Uma autarquia reconheceu passivo contingente decorrente de processo com chance de perda classificada como possível e mensuração incerta. No relatório, o gestor propôs não divulgar as informações para evitar preocupação do usuário.

Com base nessa situação hipotética e no disposto na NBC TSP 03, assinale a opção correta.

- Ⓐ Deve-se reconhecer provisão somente quando houver pagamento.
- Ⓑ Deve-se reconhecer provisão pelo valor máximo da causa.
- Ⓒ Deve-se reconhecer provisão diretamente no patrimônio líquido.
- Ⓓ O passivo contingente não se reconhece nem se divulga.
- Ⓔ As informações relevantes, como natureza e riscos, devem ser divulgadas em notas explicativas sem reconhecimento contábil.

Questão 44

Considerando que o IPAAM está estruturando seu sistema de custos para aprimorar a avaliação da gestão ambiental e subsidiar decisões estratégicas relativas à fiscalização e licenciamento ambiental, julgue os itens a seguir, à luz do disposto no Manual de Informações de Custos do Setor Público (MIC).

- I A exigência legal de geração de informação de custos no setor público brasileiro remonta à Lei n.º 4.320/1964, que determinou a organização dos serviços de contabilidade de forma a permitir a determinação dos custos dos serviços industriais.
- II A Lei de Responsabilidade Fiscal tornou facultativa a manutenção de sistema de custos pela administração pública, condicionando sua implementação à regulamentação por lei específica.
- III O sistema de custos do governo federal foi instituído por portaria da Secretaria do Tesouro Nacional, que atua como órgão central desse sistema.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 45

Com base no disposto no MIC, julgue os itens seguintes, relativos ao sistema de custos.

- I Custo corresponde ao consumo ou à utilização de recursos para a geração de bens ou serviços.
- II A alocação dos custos indiretos deve ocorrer por meio de direcionadores de custos.
- III O objeto de custo final restringe-se às atividades de apoio administrativo da entidade.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Nenhum item está certo.
- Ⓑ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 46

De acordo com o disposto no MIC, o sistema de informação de custos (SIC/TG)

- Ⓐ dispensa atualização nos sistemas de origem para refletir novos dados.
- Ⓑ permite que o usuário altere diretamente os dados contábeis originais para fins de ajuste gerencial.
- Ⓒ é sistema de informação transacional que aceita lançamentos diretos de custos.
- Ⓓ combina atributos e métricas para a geração de informação de custos, mas não permite alterações nos dados originais.
- Ⓔ substitui integralmente os sistemas estruturantes de origem com acesso a todos os seus dados.

Questão 47

De acordo com o disposto no MIC, a comparabilidade

- Ⓐ é atributo exclusivo das informações de natureza financeira, não se aplicando às informações gerenciais de custos.
- Ⓑ dispensa uniformidade nos critérios de mensuração, pois diferenças metodológicas enriquecem a análise comparativa entre unidades.
- Ⓒ impede a consideração de especificidades regionais e exige homogeneização absoluta das estruturas operacionais.
- Ⓓ é qualidade intrínseca e isolada de cada item informacional, sendo aferida independentemente da existência de dados equivalentes para confronto.
- Ⓔ exige a adoção de modelo padronizado de gerenciamento de custos quando houver análise comparativa entre entidades ou entre unidades organizacionais, a fim de assegurar consistência metodológica.

Questão 48

De acordo como PCASP, as operações de registro da execução do orçamento, apuração de custos da atividade de fiscalização ambiental e apropriação de juros a pagar pertencem, respectivamente, às classes de contas

- Ⓐ 6 – execução do planejamento, 8 – controles credores e 8 – controles credores.
- Ⓑ 3 – variações patrimoniais diminutivas, 3 – variações patrimoniais diminutivas e 7 – controles devedores.
- Ⓒ 3 – variações patrimoniais diminutivas, 7 – controles devedores 3 – variações patrimoniais diminutivas.
- Ⓓ 6 – controles da execução do planejamento e orçamento, 8 – controles credores e 3 – variações patrimoniais diminutivas.
- Ⓔ 6 – controles da execução do planejamento e orçamento, 3 – variações patrimoniais diminutivas e 8 – controles credores.

Questão 49

Durante a elaboração do balanço orçamentário do estado Alfa referente ao exercício de 2025, a contabilidade incluiu valores provenientes do superávit financeiro apurado no exercício anterior na coluna “receita realizada”, visando subsidiar a abertura de créditos adicionais.

Considerando a situação hipotética apresentada e o disposto no MCASP, assinale a opção correta em relação ao tratamento do superávit financeiro nos demonstrativos orçamentários do exercício corrente no estado mencionado.

- Ⓐ O superávit financeiro deve ser registrado apenas na dotação inicial do orçamento.
- Ⓑ O superávit financeiro integra a previsão atualizada e pode ser utilizado para abertura de créditos adicionais, mas não compõe a receita realizada para fins de cálculo do superávit ou déficit orçamentário.
- Ⓒ O superávit financeiro altera o cálculo do déficit orçamentário do exercício corrente.
- Ⓓ O procedimento adotado está correto, pois o superávit financeiro integra a receita orçamentária do exercício.
- Ⓔ O superávit financeiro compõe a receita corrente, influenciando o cálculo do superávit ou déficit orçamentário.

Questão 50

De acordo com o disposto no MCASP, a finalidade do balanço financeiro é

- Ⓐ evidenciar a movimentação financeira do exercício, possibilitando a apuração do resultado financeiro, que não se confunde com superávit financeiro.
- Ⓑ evidenciar exclusivamente as entradas e saídas de caixa, sem qualquer apuração de resultado.
- Ⓒ apurar o resultado primário do exercício, mediante confronto entre receitas e despesas primárias.
- Ⓓ demonstrar o superávit ou déficit financeiro do exercício, que constitui seu objetivo principal e fundamento para a abertura de créditos adicionais.
- Ⓔ evidenciar as receitas e despesas sob o enfoque patrimonial para a apuração do resultado patrimonial do exercício.

Questão 51

Durante o encerramento do exercício de 2025, o departamento contábil de determinado órgão público analisou contrato de financiamento originalmente pactuado como dívida de longo prazo. Contudo, na data do balanço, a entidade não detinha direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a doze meses. A administração manifestou a intenção de classificar a obrigação como passivo não circulante, sob o argumento de que se trata de dívida originalmente contratada com vencimento superior a um ano e que há expectativa de refinanciamento.

Nessa situação hipotética, de acordo com o MCASP,

- Ⓐ a classificação da obrigação depende tão somente da duração do ciclo operacional da entidade pública.
- Ⓑ a obrigação pode ser classificada como passivo não circulante se houver expectativa ou potencial de refinanciamento da dívida.
- Ⓒ a obrigação pode ser classificada como ativo compensado, por estar sujeita a renegociação.
- Ⓓ a obrigação deve ser classificada como passivo circulante, pois a entidade não possui direito incondicional de diferir sua liquidação por pelo menos doze meses após a data do balanço.
- Ⓔ a classificação da obrigação como passivo não circulante está correta, pois a dívida foi originalmente contratada com prazo superior a doze meses.

Questão 52

Durante reunião de análise das demonstrações contábeis do IPAAM relativas ao exercício de 2025, um analista recém-ingresso na área contábil afirmou que o resultado patrimonial apurado na demonstração das variações patrimoniais (DVP) poderia ser interpretado como indicador de desempenho semelhante ao lucro líquido das empresas privadas, por evidenciar superávit ou déficit patrimonial no período.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto no MCASP, é correto afirmar que a afirmação do analista

- Ⓐ está alinhada ao que dispõe o MCASP, pois o resultado patrimonial equivale ao resultado primário apurado para fins fiscais.
- Ⓑ alinha-se ao disposto no MCASP, pois o resultado patrimonial substitui o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial.
- Ⓒ não se alinha ao disposto no MCASP, pois a DVP apura exclusivamente variações de natureza orçamentária.
- Ⓓ está alinhada às disposições do referido manual, pois o resultado patrimonial mede a eficiência financeira da entidade pública.
- Ⓔ não está alinhada às disposições do MCASP, pois o resultado patrimonial não constitui indicador de desempenho, mas evidencia as alterações quantitativas nos elementos patrimoniais.

Questão 53

No exercício financeiro de 2024, o departamento contábil do IPAAM elaborou a demonstração dos fluxos de caixa (DFC) pelo método indireto. A equipe técnica justificou o procedimento sob o argumento de que a NBC TSP 12 admite a utilização tanto do método direto quanto do indireto e a elaboração da DFC se dera antes da nova edição do MCASP. Durante a análise das demonstrações contábeis, a auditoria questionou a adoção do método indireto, à luz das disposições do MCASP.

Tendo a situação hipotética apresentada como referência, assinale a opção correta à luz do disposto no MCASP a respeito da demonstração dos fluxos de caixa (DFC).

- Ⓐ O método indireto é obrigatório para a elaboração da DFC das atividades operacionais relacionadas ao regime próprio de previdência social.
- Ⓑ O método indireto é obrigatório na elaboração da DFC.
- Ⓒ A utilização do método direto na elaboração da DFC é obrigatória, com vistas à padronização nacional.
- Ⓓ A utilização do método indireto na elaboração da DFC é obrigatória apenas para estados.
- Ⓔ A DFC pode ser elaborada tanto pelo método direto quanto pelo indireto.

Questão 54

A demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL)

- Ⓐ pode ser substituída pela DVP.
- Ⓑ é obrigatória para todas as entidades dos entes da Federação.
- Ⓒ não é expressamente prevista no MCASP.
- Ⓓ é obrigatória apenas para autarquias.
- Ⓔ é facultativa para órgãos da administração direta e obrigatória para empresas estatais dependentes (sociedades anônimas).

Questão 55

Assinale a opção correta acerca das notas explicativas nas demonstrações contábeis, conforme disposto no MCASP.

- Ⓐ As notas explicativas devem conter apenas informações financeiras.
- Ⓑ As notas explicativas são facultativas nas demonstrações contábeis.
- Ⓒ As notas explicativas são exigidas apenas para entidades dependentes.
- Ⓓ As notas explicativas são substituídas pelo relatório de gestão.
- Ⓔ As notas explicativas são consideradas parte integrante das demonstrações contábeis.

Questão 56

O 13.º salário, a ser pago no final do ano, deve ser reconhecido a cada mês trabalhado, representando uma variação patrimonial diminutiva. Assim, no momento do empenho da dotação orçamentária, credita-se a conta

- Ⓐ pessoal a pagar — 13.º salário.
- Ⓑ remuneração a pessoal ativo civil abrangido pelo RPPS.
- Ⓒ caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional.
- Ⓓ crédito empenhado a liquidar.
- Ⓔ disponibilidade por destinação de recursos.

Questão 57

A despesa orçamentária pública é o conjunto de

- Ⓐ fluxos de caixa.
- Ⓑ entradas.
- Ⓒ *vouchers*.
- Ⓓ ingressos.
- Ⓔ dispêndios.

Questão 58

Assinale a opção em que é indicada a etapa da despesa orçamentária que abrange, de modo geral, toda a análise para a formulação do plano e ações governamentais que servirão de base para a fixação da despesa orçamentária, a descentralização/movimentação de créditos, a programação orçamentária e financeira, e o processo de licitação e contratação.

- Ⓐ planejamento
- Ⓑ liquidação
- Ⓒ suprimento
- Ⓓ pagamento
- Ⓔ empenho

Questão 59

O tipo de empenho utilizado para as despesas de valor fixo e previamente determinado, cujo pagamento deva ocorrer de uma só vez, é classificado como

- Ⓐ específico.
- Ⓑ estimativo.
- Ⓒ geral.
- Ⓓ global.
- Ⓔ ordinário.

Questão 60

No que se refere à receita pública, a previsão

- I é considerada uma das etapas da receita orçamentária.
- II implica planejar e estimar a arrecadação das receitas orçamentárias.
- III compreende a aplicação de metodologias de projeção da arrecadação.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item III está certo.
- C** Apenas os itens I e II estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 61

O ato da repartição competente que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito é definido como

- A** empenho.
- B** liquidação.
- C** pagamento.
- D** lançamento.
- E** arrecadação.

Questão 62

Assinale a opção em que é corretamente indicada a etapa da receita pública que representa a transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro.

- A** planejamento
- B** fixação
- C** estimativa
- D** global
- E** recolhimento

Questão 63

Os créditos adicionais destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública são considerados

- A** extraordinários.
- B** suplementares.
- C** complementares.
- D** especiais.
- E** suprimentos de fundos.

Questão 64

Acerca de créditos adicionais, assinale a opção correta.

- A** O Congresso Nacional é impedido de analisar os créditos adicionais.
- B** A reserva de contingência é destinada ao atendimento de eventos fiscais previstos.
- C** Os créditos extraordinários devem ser abertos por lei ordinária.
- D** Na União, os créditos adicionais são abertos por lei complementar.
- E** A reserva de contingência poderá ser utilizada para abertura de créditos adicionais.

Questão 65

Julgue os próximos itens, referentes à execução orçamentária e financeira.

- I A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que a execução orçamentária e financeira identificará os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais.
- II Cabe ao devedor do precatório o registro de um ativo junto ao tribunal de justiça, até que este efetue o devido pagamento ao credor em seu nome.
- III A unidade gestora somente poderá utilizar os recursos para pagamento dos precatórios em nome do devedor, não podendo deles livremente dispor.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item III está certo.
- C** Apenas os itens I e II estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 66

O processo de vinculação entre a origem e a aplicação de recursos, em atendimento às finalidades específicas estabelecidas pelo marco legal, é considerado destinação

- A** única.
- B** vinculada.
- C** restrita.
- D** irrestrita.
- E** livre.

Questão 67

O suprimento de fundos caracteriza-se como um adiantamento de valores a

- A** um terceirizado.
- B** uma pessoa jurídica.
- C** um fornecedor.
- D** um estagiário.
- E** um servidor.

Questão 68

É vedado ao titular de Poder ou órgão contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente, nos últimos

- A** dois meses do seu mandato.
- B** dois quadrimestres do seu mandato.
- C** dois bimestres do seu mandato.
- D** dois trimestres do seu mandato.
- E** dois semestres do seu mandato.

Questão 69

O Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo do Estado do Amazonas demonstrou que a despesa total com pessoal atingiu 97% da receita corrente líquida, ultrapassando, portanto, o limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O IPAAM, diante de uma grave carência de pessoal, planeja as seguintes ações:

(i) nomear 10 analistas ambientais aprovados em concurso para repor vagas de servidores que se aposentaram no mês anterior;

(ii) implementar o pagamento de uma gratificação de especialização prevista no novo plano de cargos para os servidores atuais.

Considerando estritamente o que dispõe a LRF, assinale a opção correta a respeito da situação hipotética apresentada.

- A** O IPAAM poderá realizar as nomeações e pagar a gratificação apenas se o estado comprovar que a receita corrente líquida cresceu acima da inflação no último quadrimestre.
- B** Ambas as medidas planejadas pelo IPAAM são permitidas, pois a reposição de pessoal e o cumprimento de planos de carreira aprovados por lei estadual não se sujeitam aos limites da LRF.
- C** O IPAAM poderá implementar a gratificação, mas está impedido de nomear novos servidores, uma vez que a área ambiental não integra o rol de exceções para provimento de cargos no limite prudencial.
- D** Ambas as ações planejadas são vedadas, não sendo a nomeação dos analistas permitida porque a ressalva para a reposição de cargos por aposentadoria ou falecimento se aplica exclusivamente às áreas de educação, saúde e segurança.
- E** A nomeação dos analistas é permitida, pois consiste em reposição de aposentadoria, mas a implementação da gratificação é vedada, porque configura aumento de despesa.

Espaço livre

Questão 70

Uma autarquia deparou-se com três processos de pagamento pendentes no exercício financeiro atual de 2026:

(i) uma despesa com serviço de manutenção de viaturas empenhada, liquidada e inscrita em restos a pagar em 2024, cancelada por falta de pagamento em 2025, apesar de o fornecedor ter cumprido sua obrigação.

(ii) uma fatura de energia elétrica de dezembro de 2025, para a qual havia orçamento e saldo suficiente na época, mas que, por falha no setor de protocolo, não foi empenhada antes do encerramento do ano.

(iii) um processo administrativo de 2026 no qual é reconhecido o direito de um servidor a adicional de periculosidade referente a meses trabalhados em 2023, após decisão administrativa definitiva.

Tendo como base a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta no que se refere ao pagamento a título de despesas de exercícios anteriores (DEA) em 2026.

- A** Em nenhuma das situações é possível o pagamento, pois a Lei n.º 4.320/1964 exige que toda despesa de anos anteriores seja objeto de precatório judicial.
- B** As situações (i), (ii) e (iii) enquadram-se nas hipóteses legais de despesas a serem pagas a título de DEA.
- C** Apenas nas situações (ii) e (iii) é possível o pagamento, pois a Lei n.º 4.320/1964 veda o pagamento a título de DEA de despesas cujos empenhos tenham sido cancelados.
- D** Apenas na situação (iii) é possível o pagamento, por se tratar de compromisso reconhecido após o encerramento do exercício de competência.
- E** Apenas nas situações (i) e (ii) é possível o pagamento, visto que a despesa descrita na situação (iii) deveria ter sido previamente inscrita como restos a pagar.

Questão 71

Uma autarquia ambiental figura como ré em processo judicial movido por um proprietário rural. O autor da ação contesta uma multa ambiental de R\$ 150.000 que já foi devidamente recolhida aos cofres da autarquia. O proprietário alega erro material na autuação e exige a devolução integral do valor pago. No encerramento do exercício financeiro, ao analisar o estágio atual do processo, a procuradoria jurídica da autarquia emitiu parecer formal, concluindo que:

- (i) existe uma obrigação presente resultante de evento passado (o questionamento judicial do pagamento efetuado);
- (ii) há probabilidade de o tribunal anular a multa e obrigar a autarquia a restituir o valor ao proprietário; e
- (iii) o valor a ser restituído (R\$ 150.000) pode ser estimado com total fiabilidade.

Nessa situação hipotética, conforme o disposto na NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o procedimento contábil que deve ser adotado pela autarquia é

- A** providenciar o reconhecimento de uma provisão em contas de passivo.
- B** registrar o valor em contas de compensação (atos potenciais passivos), sem afetar o patrimônio líquido.
- C** registrar uma obrigação como depósitos e devoluções, já que a procuradoria jurídica reconhece que se trata de uma causa perdida.
- D** abster-se de qualquer registro ou divulgação até que ocorra o trânsito em julgado da decisão judicial.
- E** classificar o evento como um passivo contingente, realizando apenas a divulgação em notas explicativas.

Questão 72

Uma autarquia estadual ambiental adquiriu um lote de 500 *kits* de análise de água para serem distribuídos gratuitamente a comunidades ribeirinhas durante ação de fiscalização e monitoramento. Os dados relativos a esse estoque no encerramento do exercício são os seguintes:

(i) custo de aquisição total (incluindo impostos não recuperáveis e frete): R\$ 100.000;

(ii) custo corrente de reposição (valor que o órgão pagaria para adquirir os mesmos *kits* na data do balanço): R\$ 90.000.

Nessa situação hipotética, de acordo com a NBC TSP 04 – Estoques, o valor do estoque de *kits* que deve ser mensurado no balanço patrimonial da referida autarquia é de

- Ⓐ R\$ 0, visto que itens destinados à distribuição gratuita devem ser lançados diretamente como despesa no momento da aquisição, não compondo o ativo.
- Ⓑ R\$ 100.000, pois, no setor público, os estoques destinados a programas sociais devem ser mantidos sempre pelo custo histórico de aquisição.
- Ⓒ R\$ 90.000, uma vez que estoques mantidos para distribuição gratuita devem ser mensurados pelo valor de custo ou pelo custo corrente de reposição, dos dois o menor.
- Ⓓ R\$ 95.000, correspondente à média aritmética entre o custo de aquisição e o valor de mercado na data do encerramento.
- Ⓔ R\$ 100.000, devendo o contador registrar uma variação patrimonial aumentativa de R\$ 10.000 para equilibrar o valor de substituição.

Questão 73

O IPAAM adquiriu uma lancha de alto desempenho para operações de combate ao desmatamento ilegal. Para colocar esse ativo em condições de uso e localização pretendidas pela administração, a autarquia incorreu nos seguintes gastos:

(i) preço de compra da embarcação: R\$ 400.000;

(ii) gasto com o transporte (frete) do estaleiro até a base do IPAAM em Manaus: R\$ 15.000;

(iii) gastos com testes (testes de motor e estanqueidade) para verificar se a lancha pode ser colocada em uso: R\$ 5.000;

(iv) instalação de equipamentos fixos de comunicação via satélite e suportes de segurança para colocar a embarcação em funcionamento: R\$ 10.000.

Nessa situação hipotética, de acordo com os critérios de reconhecimento inicial na NBC TSP 07, o valor do ativo imobilizado (lancha) que deve ser inicialmente mensurado no balanço patrimonial do IPAAM é de

- Ⓐ R\$ 430.000, uma vez que o preço de compra, o frete, a instalação e os testes de funcionamento são custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na condição necessária de uso.
- Ⓑ R\$ 420.000, pois a instalação de equipamentos fixos de comunicação via satélite e suportes de segurança devem ser lançados como despesas operacionais do exercício.
- Ⓒ R\$ 425.000, incluindo-se o preço de compra, o frete e a instalação, mas excluindo-se os testes, que são gastos de manutenção preventiva.
- Ⓓ R\$ 400.000, pois custos acessórios como frete e testes devem ser lançados como despesas operacionais do exercício.
- Ⓔ R\$ 415.000, incluindo-se apenas o preço de compra e o frete, por serem os únicos valores constantes na nota fiscal de aquisição.

Questão 74

O IPAAM iniciou um projeto interno para criar um novo sistema de inteligência artificial capaz de cruzar dados de satélite e emitir autos de infração automáticos. Durante o exercício de 2025, a autarquia incorreu nos seguintes gastos com esse projeto:

(i) fase de investigação: gastos com a busca de novos conhecimentos tecnológicos e avaliação de alternativas de algoritmos: R\$ 30.000;

(ii) fase de desenvolvimento: gastos com o *design* do *software*, testes de protótipos e codificação final, após o IPAAM ter comprovado a viabilidade técnica e a intenção de concluir e usar o sistema: R\$ 120.000.

Considerando a situação hipotética apresentada bem como os critérios de reconhecimento estabelecidos na NBC TSP 08, assinale a opção correta acerca do tratamento contábil desses gastos no encerramento do exercício de 2025.

- Ⓐ O IPAAM não pode reconhecer ativos intangíveis gerados internamente, devendo lançar todos os gastos diretamente como variação patrimonial diminutiva (VPD).
- Ⓑ O valor de R\$ 30.000 deve ser lançado como despesa do período, enquanto o valor de R\$ 120.000 pode ser reconhecido como ativo intangível.
- Ⓒ O valor de R\$ 120.000 deve ser lançado como despesa, e apenas os R\$ 30.000 gastos na fase de investigação podem ser ativados, por representarem a base intelectual do projeto.
- Ⓓ Todo o montante deve ser registrado no ativo imobilizado, visto que o *software* será utilizado nas viaturas e lanchas de fiscalização do órgão.
- Ⓔ O valor total de R\$ 150.000 deve ser reconhecido como ativo intangível, pois ambos os gastos são necessários para a criação do sistema.

Questão 75

O setor de monitoramento ambiental do IPAAM possui um *drone* de longo alcance utilizado para serviços de mapeamento topográfico que podem ser contratados por terceiros (caracterizando-se como um ativo gerador de caixa). Ao final do exercício de 2025, os registros contábeis e a avaliação de mercado do ativo apresentavam os seguintes dados:

(i) custo de aquisição: R\$ 80.000;

(ii) depreciação acumulada: R\$ 30.000;

(iii) valor justo líquido de despesas de venda: R\$ 42.000;

(iv) valor em uso (fluxo de caixa descontado): R\$ 45.000.

Nessa situação hipotética, conforme as disposições da NBC TSP 10 – Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa, a perda por redução ao valor recuperável a ser reconhecida no balanço patrimonial do IPAAM é de

- Ⓐ R\$ 3.000.
- Ⓑ R\$ 5.000.
- Ⓒ R\$ 8.000.
- Ⓓ R\$ 35.000.
- Ⓔ R\$ 20.000.

Questão 76

O IPAAM possui direito de receber de uma empresa mineradora o valor de R\$ 100.000, referente a taxas de licenciamento ambiental. Por outro lado, a autarquia deve à mesma mineradora R\$ 30.000 em razão de uma devolução de valores pagos indevidamente no ano anterior. O contador da autarquia, visando simplificar o balanço patrimonial, registrou apenas um ativo líquido de R\$ 70.000.

Nessa situação hipotética, de acordo com o disposto na NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, a conduta do contador está

- A** correta, pois, no setor público, a compensação de receitas e despesas é a base do regime de caixa utilizado no balanço patrimonial.
- B** correta, pois a compensação é permitida quando os valores envolvem a mesma entidade, consoante o princípio da economicidade.
- C** incorreta, pois o valor a ser devolvido é superior a 10% do valor do ativo, conforme o critério de materialidade da norma.
- D** correta, desde que a compensação seja autorizada pelo gestor máximo do IPAAM e publicada no Diário Oficial.
- E** incorreta, pois ativos e passivos não devem ser compensados, a menos que norma específica exija ou permita a compensação, para não prejudicar a compreensão dos usuários.

Questão 77

No encerramento do exercício de 2025, o contador de uma autarquia, ao elaborar a demonstração dos fluxos de caixa, observou as seguintes situações ocorridas no ano:

(i) arrecadação de taxas ambientais: R\$ 800.000, sendo R\$ 700.000 recebidos no ano e R\$ 100.000 a receber em 2026;

(ii) pagamento de pessoal: R\$ 450.000, referentes a salários do ano anterior, inscritos em restos a pagar;

- 1 compra de veículos à vista: R\$ 200.000;
- 2 empenho e liquidação de material de consumo: R\$ 50.000 (valor ainda não pago ao fornecedor).
- 3 depreciação de equipamentos: R\$ 30.000 (lançados no resultado do exercício).

Nessa situação hipotética, consideradas exclusivamente as regras do método direto conforme a NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, o valor do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais da referida autarquia é de

- A** + R\$ 120.000.
- B** + R\$ 220.000.
- C** + R\$ 250.000.
- D** + R\$ 300.000.
- E** + R\$ 350.000.

Questão 78

Para cumprir os requisitos de transparência da NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis, a entidade deve apresentar a comparação dos montantes orçamentários com os valores reais em uma base comparável. Considerando o conceito de base comparável, assinale a opção correta.

- A** Para que a base do orçamento seja comparável, a entidade deve garantir que os valores reais sejam apresentados na mesma base, na mesma classificação e para o mesmo período e entidade do orçamento aprovado.
- B** Se o orçamento for elaborado em regime de caixa e a contabilidade em regime de competência, a comparação é considerada comparável automaticamente, dispensando-se o uso de colunas adicionais ou notas de conciliação.
- C** A comparabilidade orçamentária é restrita ao montante global das despesas pagas, sendo vedada pela norma a comparação detalhada por programas ou ações governamentais, em razão do sigilo estratégico.
- D** A base do orçamento é considerada comparável quando os valores reais da execução são fundamentados no regime de competência, independentemente da base utilizada na aprovação da lei orçamentária.
- E** De acordo com o conceito de base comparável, o orçamento original deve ser ajustado retroativamente sempre que houver uma mudança de estimativa contábil na apuração dos ativos geradores de caixa.

Questão 79

No início de 2026, a contabilidade de uma autarquia ambiental identificou duas situações distintas referentes ao exercício de 2025:

(i) descobriu-se que uma multa ambiental de valor material, aplicada e recebida em 2024, não fora registrada em nenhum relatório contábil por falha no sistema de processamento de dados;

(ii) devido ao uso intenso em áreas de difícil acesso, a equipe técnica revisou a vida útil dos novos *drones* de 5 anos para 3 anos, alterando o cálculo da depreciação a partir de 2026.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto na NBC TSP 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, assinale a opção correta em relação ao tratamento contábil nas situações descritas.

- A** Na situação (i), o tratamento contábil deve ser retrospectivo e, na situação (ii), prospectivo.
- B** O tratamento contábil deve ser retrospectivo nas duas situações, uma vez que ambas alteram a percepção do usuário sobre o valor real do ativo.
- C** As situações descritas não requerem registro contábil, devendo ser mencionadas apenas em notas explicativas, por se caracterizarem como eventos subsequentes.
- D** O tratamento contábil na situação (i) deve ser prospectivo e na situação (ii), retrospectivo.
- E** O tratamento contábil deve ser prospectivo nas duas situações, pois ambas visam à correção do patrimônio para o exercício atual.

Questão 80

Assinale a opção correta em relação ao IPAAM, com base no disposto na Lei Complementar n.º 101/2000.

- Ⓐ A escrituração das contas do IPAAM deverá observar o regime de caixa para as despesas e o regime de competência para as receitas, com vistas à antecipação da disponibilidade financeira no balanço.
- Ⓑ As receitas e despesas previdenciárias do regime próprio de previdência ao qual os servidores do IPAAM pertencem devem ser apresentadas em conjunto com as demais receitas e despesas correntes, sendo vedada a sua segregação.
- Ⓒ A disponibilidade de caixa do IPAAM deve ser mantida em depósitos bancários, podendo o órgão deixar de escriturar as disponibilidades que estejam vinculadas a fundos específicos de preservação ambiental.
- Ⓓ A escrituração das contas deverá observar as normas gerais de consolidação das contas públicas definidas pelo órgão central de contabilidade da União, devendo a despesa e a assunção de compromisso do IPAAM ser registradas segundo o regime de competência.
- Ⓔ Por ser o IPAAM uma autarquia estadual, a consolidação anual das contas é facultativa, bem como a observância das normas gerais para consolidação das contas públicas definidas pelo órgão central de contabilidade da União.

Espaço livre